

## **A tirania do Brexit: como um referendun dividiu una nação**



**Por Gerard Delanty (Universidade de Sussex, Inglaterra)**

*Tradução: Isabela Espindola*

O fenômeno do Brexit é uma das mais perturbadoras ocorrências na história moderna da Grã-Bretanha. E ele gera muitos questionamentos. Este livro procura responder algumas das questões mais urgentes que o Brexit carrega. Como um sociólogo acadêmico com interesse em processos históricos e questões filosóficas, eu tenho um grande interesse em encontrar explicações sobre como foi possível ao Reino Unido embarcar no que é quase universalmente considerado como um curso calamitoso. Como cidadão, eu estou preocupado com o que parece ser uma tirania disfarçada como uma decisão democrática. Atualmente, a Grã-Bretanha parece estar presa a uma decisão que é considerada por muitos dos oponentes do Brexit como um caminho dependente que levaria a uma catástrofe nacional. A direção dessa viagem, na conta mais favorável, não é a do interesse nacional.

O Brexit foi amplamente descrevido como a crise mais grave da Grã-Bretanha pós-1945. É mais que um desafio, é uma crise de dimensões enormes, com ramificações constitucionais, políticas, econômicas, sociais e culturais. Uma crise é um ponto crítico de mudança, onde soluções devem ser encontradas ou a

catástrofe será o resultado. Os proponentes do Brexit defendem sua posição e projeto com a afirmação de que o Reino Unido votou deixar a União Europeia, e que por isso, independente do que venha a acontecer, o Brexit era algo inevitável. Essa afirmação de certo modo diminui a potencial calamidade que pode vir a ocorrer, uma vez que o argumento é que o Brexit deve acontecer e deve acontecer do modo como os Brexiters consideram a interpretação correta do resultado do referendo de 23 de junho de 2016. Nesta visão, eles estão simplesmente implementando uma decisão que foi feita pelos britânicos e não podem ser sujeitos a escrutínio, e muito menos a revisão.

Esse livro oferece uma visão diferente sobre o referendo e como o Reino Unido caminhou cegamente para o abismo que o Brexit representa. O projeto do Brexit não é apenas uma questão de mudar a relação constitucional entre o Reino Unido e a UE. Ele não é comparável à decisão tomada em 1975 de permanecer dentro da CEE. É um importante projeto de mudança social que procura desvencilhar grande parte da estrutura político, social e econômica da sociedade britânica que evoluiu ao longo de mais de quatro décadas. O Brexit é nada menos do que uma revolução política de uma direita neoliberal linha-dura, que procura usar o resultado inusitado de uma votação para provocar grandes mudanças na sociedade britânica que, de outra forma, não aconteceriam. O referendo, chamado para conciliar a orla nacionalista com o Partido Conservador, também jogou com o nacionalismo inglês das forças subterrâneas. Essa confluência de um nacionalismo latente e do capitalismo bucal de políticos neoliberais criou um novo projeto populista que desencadeou correntes perigosas. Compreender e resistir a este movimento é de grande importância, o qual eu chamo de democracia autoritária. A democracia autoritária é uma característica do nosso tempo e o Brexit é um reflexo de uma tendência mais geral que assume diferentes formatos e formas.

O primeiro mito a ser exposto é a afirmação de que o referendo do dia 23 de Junho de 2015 resultou em uma decisão constitucionalmente e politicamente vinculante, e que ela é a vontade da população britânica. O que eu chamo de tirania de Brexit é a tirania do majoritarismo. O referendo é diferente de uma eleição em que o resultado eleitorais são normalmente decididos pela simples vontade majoritária. De fato, a maioria dos governos é eleita por uma pequena

maioria. Os governos são assim eleitos pro regras que são bem conhecidos e aceitos. Os referendos são diferentes; Eles são exercicios de uma chamada democracia prebliscitária, onde decisões politicas são feitas diretamente pelos eleitores. Nesses casos, as regras são diferentes e são normalmente estabelecidas pelo governo ou por decretos parlamentares, por exemplo, ao especificar um quorum e o limiar que constitui uma maioria onde o resultado é vinculativo. Tais salvaguardas são particularmente importantes quando se trata de questões maiores, em oposição à política relativa de questões individuais e menores. É evidente que deixar a UE e tudo o que isso implica, como a revogação dos direitos, não é uma questão menor. No caso do referendo em 2016, não foram estabelecidas tais condições, uma vez que o referendo foi um referendo consultivo, em oposição ao legislativo. Então, para começar, o referendo não tinha o status constitucional de uma decisão plebicitaria que deve ser implementada. Não era obrigatório. Além disso, o problema de que a questão colocada no eleitorado possui numerosas respostas contraditórias sobre as quais não existe consenso.

Em segundo lugar, embora os políticos pró-Brexit e seus defensores afirmem que o resultado é a “vontade das pessoas”, ela é a vontade de apenas 65 milhões de britânicos. Para ser preciso, é somente a vontade de 17.4 milhões, os quais constituem somente 37% do eleitorado britânico. Este eleitorado também não é representativo da população, uma vez que não inclui os 18 milhões de eleitores que não são registrados, além dos 12,9 milhões que estavam no eleitorado, mas não votaram. O fato é que 63% do eleitorado não votou. Assim, enquanto o voto de sair da UE venceu por um estreito 3.8% (1.3m), foi uma vitória apertada. Não pode ser descrita como decisiva. Esses números são importantes, uma vez que a alegação é que as pessoas votaram e que votaram de acordo com um procedimento que leva a uma maioria simples, cuja vontade deve ser implementada. Quando combinado com uma campanha baseada em mentiras e uma questão que convida apenas mais questões, a conclusão deve ser que o Brexit é uma tirania.

Os pais fundadores da Constituição dos EUA, Alexander Hamilton e John Adams, chamaram a atenção para o modo como a democracia em sua forma pura pode produzir uma tirania quando se baseia no simples majoritarismo. A “tirania da

maioria” resulta quando uma maioria oprime uma minoria. O referendo do Brexit é uma ilustração de tal tirania, onde decisões políticas são feitas baseadas em números. Em muitos desses casos, a maioria é na verdade uma maioria apenas por força do processo de votação, mas é, de outra forma, uma minoria, uma vez que não foi qualificado por uma porcentagem de maioria. O resultado verdadeiramente alarmante é o argumento *ex post* de que o resultado do referendo deveria ser implementado. A democracia parlamentar foi silenciada após o referendo e todas as tentativas foram feitas para evitar uma votação parlamentar. O novo governo, que procurou implementar rapidamente o resultado, redefinindo retrospectivamente seu escopo, também procurou evitar que uma decisão do Supremo Tribunal determinasse se o parlamento deveria tomar a decisão, pois isso é exigido tanto pelos termos de deixar a UE quanto pela soberania parlamentar. A "decisão" que o parlamento finalmente fez na sequência da decisão do Supremo Tribunal contra o governo ainda é uma fonte de contenção jurídica. No entanto, neste momento, o clima político mudou para uma situação em que, para muitas pessoas e políticos, o Brexit tornou-se um fato irrefutável que não pode ser revertido. A tirania do Brexit é, em todos os sentidos, a tirania da democracia autoritária, segundo a qual a democracia representativa (ou parlamentar) é subvertida por uma aplicação grosseira da democracia plebicitária em que as salvaguardas foram retiradas. O resultado é que, no final, a democracia que é frustrada. Embora não haja dúvida de que 17 milhões é um grande número de pessoas, eles não são os britânicos. É evidente que o Reino Unido é hoje uma sociedade profundamente dividida e o povo britânico agora é uma ficção. É realmente uma ironia que a vontade do povo seja apelada como uma legitimação do projeto Brexit quando as pessoas foram profundamente envolvidas pelo evento que deveria ter dado uma voz. Com certeza, as eleições geralmente são divisórias e a própria democracia se baseia na diferença. As principais divisões na maioria dos países foram divisões políticas profundas entre a direita e a esquerda. No entanto, é geralmente o caso em que os procedimentos básicos da democracia parlamentar são respeitados quando se trata de eleições. O referendo de Brexit não respeita esse princípio, uma vez que as regras que levaram ao resultado estão em disputa dado a uma re-interpretação dessas regras após o referendo. Este ato de re-interpretação foi estendido à visão de que o resultado também era uma decisão sobre imigração. A fratura da nação britânica

também está presente a nível regional com uma nova tensão com a Escócia e um problema irresolvel para a Irlanda do Norte sobre a questão da fronteira aberta com a República da Irlanda.

Não é uma coincidência que tudo esteja acontecendo em um momento de grande transformação social e econômica. O neoliberalismo dividiu a sociedade socialmente e economicamente. O Brexit foi, em parte, uma expressão de revolta contra grandes desigualdades, mas também é uma expressão do nacionalismo. Paradoxalmente, o nacionalismo que abriu sua fúria em 23 de junho de 2016 presagiou o fim da nação britânica, que já não era, e se um dia já foi, uma fonte de unidade. A fraturação da nação britânica não é exclusiva do Reino Unido, mas é preciso uma forma elevada por causa do referendo colocar a prova uma questão que inclua dentro de si uma série de outras questões sobre o tipo de sociedade que tomou forma. As divisões dentro do Reino Unido sobre classe e desigualdade são provavelmente maiores do que em outros países europeus. Essas forças, juntamente com a radicalidade do nacionalismo inglês, formaram uma mistura tóxica que levou à situação atual em que uma pequena elite está forçando um projeto que tem apenas uma base minúscula na formação da vontade democrática. Resta saber o que finalmente virá deste projeto, mas uma coisa é clara: dentro de um período relativamente curto, uma grande reinterpretação da nação britânica ocorreu para muitas pessoas.

O que precisa ser devidamente compreendido é como uma nova narrativa de pertença nacional ganhou tanta força e como isso se funde com uma marca britânica particular de capitalismo bucal. Até recentemente, o Reino Unido podia ser visto como um país europeu tão normal como qualquer, tendo em conta diferentes tons de Euroskepticismo que existem na maioria dos países, incluindo a França e os Países Baixos. Por que a questão da Europa tornou-se uma questão tão decisiva e existencial dividindo as pessoas em dois segmentos?

Para responder a esta questão, é necessário ir além do contexto específico do referendo e suas conseqüências. Como expressão da democracia autoritária, o fenômeno do Brexit e tudo o que isso implica deve ser colocado em um contexto maior, e que não seja especificamente britânico, mesmo que a forma em que se manifeste seja britânica.

O meu argumento é que as sociedades contemporâneas estão mais divididas do que nunca e que uma característica emergente desse processo é uma nova divisão entre dois grupos de pessoas, os quais podem ser caracterizados como nacionais e cosmopolitas. Em outras palavras, aqueles que estão presos a um nacionalismo que olha para dentro e aqueles que se vêem como pertencendo a uma comunidade política mais ampla. As divisões dentro das sociedades são agora indiscutivelmente maiores do que as diferenças entre as sociedades. O Brexit e Trump expressam tais divisões que, em parte, podem ser atribuídas a três décadas de neoliberalismo e globalização econômica que viu as sociedades divididas em dois grupos principais, os vencedores e os perdedores da globalização. Esta divisão levou a uma re-casting das clivagens mais antigas nas sociedades ocidentais.

As velhas divisões nas sociedades ocidentais giraram em grande parte em torno da política de redistribuição e refletiram-se no conflito entre trabalho *versus* capital, a maioria dos quais foi domesticada pelos partidos do centro direito e do centro esquerdo. Desde a década de 1980 outra clivagem tornou-se aparente, complicando ainda mais esse conflito em que a esquerda *versus* a direita perdeu sua vantagem clara. A política de pluralismo radical, que emergiu da política cultural da esquerda nova desde a década de 1960, desafiou a direita antiga e já estabelecida, mas ela teve que enfrentar um novo desafio representado pela Nova Direita na década de 1990, onde as linhas de divisão tinham tornado-se desfocadas. Desde o início dos anos 2000, uma nova clivagem surgiu na sequência do surgimento de movimentos políticos cosmopolitas que, ao contrário dos anteriores movimentos de esquerda, não se limitavam aos parâmetros do Estado-nação e também desafiavam o próprio significado da nação. Desde o Fórum Social Mundial e os movimentos anti-capitalistas como o *Occupy Wall Street* em 2008, essa divisão tornou-se uma poderosa força estruturante na política nacional e global. O surgimento da cosmopolítica levou, cada vez mais, a uma nova divisão entre aqueles que se identificam, em grande parte, com a nação e com aqueles que não o fazem. Esta divisão é conduzida pelo nacionalismo de uma nação e pela reação populista à globalização, mas também é antagonista do pluralismo cultural radical; Ele desenha as correntes direita e esquerda. Estamos testemunhando uma situação de influência decrescente da cultura nacional em

muitas pessoas cujo habitus é cada vez mais plural, se não híbrido, e cujo o modo de vida se transformou por valores antiautoritários e pós-materiais. Esta divergência de valores é agora muito grande e sustentada por tipos de trabalho muito diferentes e maior diversidade. No Reino Unido, esse grupo provavelmente será europeizado em sua auto-identificação e em seus estilos de vida, mas refletirá diferentes posições na divisão esquerda/direita. O referendo do Brexit é um exemplo vívido desta divisão dentro da comunidade nacional até certo ponto que a própria unidade da cultura nacional está em questão.

Em todas as democracias ocidentais avançadas há uma tendência para o populismo autoritário. Eu argumento que isso é reforçado pela própria democracia. Um dos problemas fundamentais da democracia liberal é que não se pode fazer nada para impedir que as pessoas se tornem ilegais e, em certas circunstâncias, pode libertar o iliberalismo. A democracia liberal, como os críticos de esquerda muitas vezes se queixam, tem sido um meio pelo qual a democracia se limita a questões seguras que não põem em causa grandes desigualdades na sociedade. Desenvolvimentos recentes indicam que também não é capaz de impedir a crescente onda de autoritarismo. O autoritarismo já foi visto como o oposto da democracia ou marginal para ele. Desde o colapso da URSS, a democracia liberal pareceu aumentar, como afirmou uma tese bem conhecida. No entanto, em muitas partes do mundo hoje, a democracia se tomou uma forma autoritária pronunciada. A democracia sempre foi um veículo pelo qual o autoritarismo se atrinca no processo político. Os exemplos mais óbvios de democracia autoritária são a Rússia sob o governo de Vladimir Putin e a Turquia sob Recep Tayyip Erdogan. Ambos os governantes são e adquiriram seu poder por meio do processo democrático e o consolidaram através de meios autoritários, incluindo a censura da imprensa e, no caso de Erdogan, um referendo. Dentro da UE, o populismo autoritário se enraíza mais vividamente na Hungria e em uma forma extrema na figura do primeiro-ministro, Victor Orban. No Reino Unido, o governo de Theresa May marca a transição do conservadorismo liberal de seu antecessor, David Cameron, para o conservadorismo autoritário. O início da eleição das eleições presidenciais francesas em 2017 elevou o espectro da Marine Le Pen como um possível titular. A política francesa, há muito dividida entre a direita e a esquerda, agora foi

reformulada em torno de uma nova divisão do populismo de direita e do centro. Na Holanda, Geert Wilders ganhou popularidade crescente e, na Grécia, o movimento neo-fascista Golden Dawn ganhou apoio popular substancial. O AfD na Alemanha também é parte desta tendência para o populismo autoritário orientado de exclusão. As sombras diferem e o contexto varia, mas todas são expressões de uma tendência subjacente que também se reflete na eleição de Trump nos EUA.

O rosto iliberal da democracia pode ser iliberal, mas é, no entanto, um rosto de democracia. Em formas extremas é manifesto no que Michael Mann se referiu como o "lado sombrio da democracia" quando a limpeza étnica é o resultado de um inter-desenvolvimento das demonstrações com o ethnos (MANN, 2005). A regra das pessoas muitas vezes resultou no genocídio, onde a democracia não impediu ou, em determinadas circunstâncias, providenciou as condições para o seu surgimento. Este seria um exemplo extremo de populismo, onde a regra do povo é o extermínio de outras pessoas. No entanto, a tendência geral nas democracias maduras é que o populismo tome a forma de uma dicotomia do "povo" com uma elite ou conjunto de elites dominantes. A definição bem conhecida de populismo de Cas Mudde como uma ideologia que declara a sociedade dividida entre dois grupos homogêneos e antagônicos, um "povo puro" versus uma "elite corrupta" é uma das definições mais robustas de populismo em democracias maduras (MUDDE, 2010) . Nesta concepção, a política populista é legitimada por um apelo à democracia, onde é concebida como a regra do povo e refletida nas expressões da soberania popular, segundo as quais as elites são consideradas antagônicas aos interesses e valores do povo. A democracia populista reduz as dimensões triplas da democracia a uma e reduz essa dimensão ainda mais à expressão de uma concepção indiferenciada do povo. Como em grande parte do populismo de extrema direita, supremacismo branco e nacionalismo xenófobo, o recurso às demonstrações é muitas vezes um chamado disfarçado para uma etnia dominante. No entanto, o populismo de direita é geralmente cuidadoso para evitar acusações de racismo flagrante e procura, em vez disso, manipular a linguagem da democracia para significar a "vontade do povo", que geralmente significa a vontade de algumas pessoas. Por exemplo, durante a eleição presidencial francesa em 2017, a candidato da extrema-direita,



Marine Le Pen, usou o slogan "em nome do povo". Ao abraçar o termo politicamente aceitável "populista", que não é um conceito acadêmico neutro, os políticos populistas escapam reticentemente da acusação de serem "fascistas" e, ao mesmo tempo, acusam o estabelecimento, ele próprio de um termo pejorativo, de estar "fora de contato" com as "pessoas".

O sucesso do populismo de direita na Europa e nos EUA também pode ser atribuído ao fato de que a democracia dominante - os principais partidos políticos e a esfera pública em geral - tem nutrido seus valores. David Runciman (2013) argumenta que os fatores que tornam a democracia bem-sucedida - sua flexibilidade, variedade e capacidade de resposta - também servem para minar e incentivar as democracias a cometer erros. As democracias têm salvaguardas contra a tirania e os demagogos, mas, em última análise, não podem detê-las nem prevenir crises. O sucesso da democracia é uma armadilha, uma "armadilha de confiança" que não avisa e que também inclui o bom e o ruim. Jan-Werner Müller (2016, p. 6) faz um argumento semelhante de que o perigo para as democracias não é em algum tipo de ideologia contra-democrática, mas vem da democracia, como nas reivindicações dos populistas de "superar os mais altos valores da democracia" .

Em outras palavras, o populismo de direita não é um fenômeno político novo ou aberrante, mas é uma radicalização de questões e idéias na política dominante. Uma fonte poderosa é o ressentimento popular, que pode ser alvo de quase qualquer coisa. Conforme mencionado acima, já teve um impacto considerável na mudança dos termos de grande parte do debate público e muitos dos principais partidos políticos da direita foram próximos de seus valores, por exemplo, o Partido Popular Espanhol, o Partido Conservador Britânico e o Partido Republicano Francês. Nos países nórdicos, o sucesso do populismo da direita pode ser parcialmente atribuído à social-democracia na medida em que produziu uma visão de uma sociedade homogênea. A política populista deve muito do seu sucesso à radicalização dos valores do centro direito e do centro esquerdo. Assim, ao mesmo tempo que radicaliza o autoritarismo cultural, o populismo de direita geralmente assume os valores sociais de esquerda em relação à segurança social e à igualdade.

No entanto, nem a existência de tais movimentos nem o descontentamento social em que prosperam podem explicar seu sucesso crescente. A polarização social por si só não causa populismo de direita. Isso é verdade para o Brexit. Como é bem ilustrado pelo Brexit, que é parte desta tendência, algo mais também deve estar presente. Eu argumento que este é um novo registro de significado; em outras palavras, deve ser possível aos agentes da mudança trazer uma mudança discursiva na identificação nacional e no propósito político. Foi aí que todos esses movimentos foram bem sucedidos: ofereceram menos ideologia do que um discurso em que a realidade social e política poderia ser reescrito. O descontentamento social por si só é insuficiente, mesmo que sirva de gatilho. Mais importante é o poder das palavras e imagens de uma realidade alternativa, por mais insensível que seja.

As principais rebeliões contra o *status quo*, ou seja, quando as massas se levantam contra as elites, requerem a disponibilidade de novos códigos e quadros de significado em que a realidade social e política possa ser reinterpretada. Nesta transformação, a racionalidade econômica não será necessariamente a força decisiva. Mais importante será a capacidade do movimento para enquadrar a situação em novos termos e aproveitar o poder da emoção em massa. Isso explica quantas pessoas apoiam o Brexit, mesmo que seja comprovadamente nem nos seus interesses nem no interesse nacional.

O poder persuasivo de palavras e slogans foi um fator importante para mudar o equilíbrio em favor do Brexit e isso também é verdade para a eleição de Donald Trump. Os argumentos não eram necessariamente racionais e aqueles que tentaram fazer argumentos racionais foram amplamente ignorados e a cultura de especialistas em que os argumentos em parte descansou foi ridicularizada. Em parte, pode ser que os argumentos racionais foram fracos e aqueles que os criaram não estavam convencidos deles ou não fizeram os argumentos com força suficiente. Os slogans adotados foram formulados na linguagem da democracia, como "recuperar o controle" e "ponto de ruptura" na campanha Sair e na "América primeiro" nos EUA. A campanha Sair foi muito bem sucedida e construir um discurso da democracia popular em que a UE era antidemocrática e as elites nacionais haviam traído a soberania do povo. A ressonância retórica e simbólica de "assumir o controle" é uma mensagem mais poderosa do que a

mensagem de Permanecer, especialmente onde o único argumento a permanecer é evitar os riscos que deixam as poses.

Resta saber se a democracia prevalecerá. As perspectivas não são boas. A Grã-Bretanha é agora um país mudado e é difícil ver algo positivo no projeto do Brexit. No entanto, as democracias continuamente estão sendo renegociadas e não podem alcançar um ponto de validade final (OFFE, 2017). O Brexit foi uma tentativa de procurar um momento "constitutivo" através de um referendo equivocado. Não há nenhum motivo pelo qual deve ser o final. E por todas as contas já falhou. Este livro é uma contribuição para um novo pensamento sobre a nação britânica e sua relação com a Europa na fraca esperança de que algo possa ser resgatado da aquiescência silenciosa e do fatalismo resignado.

### **Referências bibliográficas**

Mann, M. (2005) *The Dark Side of Democracy: explaining ethnic cleansing*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mudde (2010) 'The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy?' *West European Politics* 33 (6).

Müller, J.-W. (2016) *What is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania University Press.

Offe, K. (2017) 'Referendum vs. Institutionalized Deliberation: What Democratic Theorists Can Learn from the 2016 Brexit Decision'. *Daedalus* 143 (3): 14-27.

Runciman, D. (2013) *The Confidence Trap: A History of Democracy in Crisis from World War 1 to the Present*. Princeton: Princeton University Press.